



CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA



BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

NOVA SÉRIE

BELÉM — PARÁ — BRASIL

ANTROPOLOGIA

Nº 82

20, ABRIL, 1982

**PESCADORES DE LINHA NO LITORAL PARAENSE: UMA
CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS DE CAMPESINATO NA
AMAZÔNIA (*)**

Lourdes Gonçalves Furtado

Museu Goeldi

Ivete Herculano do Nascimento

Museu Goeldi

RESUMO: Com base em dados colhidos em um segmento de pescadores do litoral do Pará, em Tamaruteua, Município de Marapanim, no Nordeste Paraense, e com a instrumentalização antropológica fundada principalmente na observação participante, procurou-se analisar os processos de produção e comercialização vigentes na área, como uma contribuição aos estudos de Campesinato na Amazônia.

INTRODUÇÃO

Dos estudos de Antropologia na Amazônia em execução no Museu Paraense Emílio Goeldi, faz parte um programa de pesquisa em *populações regionais* (1) que visa, de um lado, a descrição e a análise da organização social e da cultura material de segmentos sociais que habitam as áreas rurais dessa região, e, de outro, a dinâmica dessas populações face

(*) — Nota preliminar foi apresentada à XIII Reunião Anual da Associação Brasileira de Antropologia. Rio de Janeiro, 1980.

(1) — Por **populações regionais** entende-se aqui os segmentos sociais que vivem no meio rural amazônico com um modo de vida relativamente diferenciado da vida nos centros urbanos. Entre elas incluem-se pescadores, lavradores, extractores, garimpeiros etc. Os estudos de **populações regionais** no Museu Goeldi, abrangem as pesquisas feitas por Isidoro Alves e Antonio Maria Santos, em Santarém; Maria José Brabo, no Marajó; Isolda Maciel da Silveira, Ruth Cortez, Arian Nery e Roseana Nogueira, no Nordeste Paraense.

a expansão de frentes extrativistas agrícolas e pastoris e de projetos governamentais. Neste programa se inclui o Projeto Nordeste Paraense cujos objetivos se orientam para a caracterização sócio-cultural da região homônima da Amazônia Oriental, bem como, para descobrir nela elementos capazes de identificar ou não a existência de um campesinato e sua dinâmica na Amazônia, tendo em vista o entendimento das peculiaridades de uma região cuja vida econômica básica tradicionalmente tem girado em torno de duas zonas ecológicas — a orla-marítima do Salgado e as terras firmes da Bragantina.

Surge então, destas propostas, este artigo, enfocando um segmento de pescadores da costa, na Zona do Salgado — pescadores de Tamaruteua. Não se pretende aqui submeter a realidade empírica a uma análise teórica redutora, mas tentar uma articulação dessa realidade com algumas considerações de natureza teórica ao nosso alcance. Para tal, buscamos em Firth (1974) a orientação como um dos instrumentos dessa articulação. Sua obra foi bastante estimulante na idéia do artigo, pois atribui ao campesinato uma natureza mais abrangente que a atribuída por Wolf (1970) tanto no sentido ocupacional como no relacional e estrutural. Firth, com muita propriedade, se afasta do círculo restrito daqueles que pensam o campesinato a partir de um critério puramente ocupacional ligado ao cultivo do solo, e extrapola o conceito para outros segmentos sociais nos dois sentidos propostos. Isso significa que, para Firth, não somente os cultivadores do solo é que devem ser considerados como camponeses, mas todos os membros de segmentos sociais que partilham das mesmas condições sociais, valores e condições relacionais — estruturais, dos cultivadores do solo. Na opinião de Firth *is not necessary then to restrict the "peasant" only to those people who cultivate the soil, and as owners. It can usefully include other 'bountrymen' also who share the social life and values of the cultivators, so that we can speak only of peasant agriculturalist, but also of peasant*

fishermen, peasant craftsmen, peasant craftsmen and peasant marketers, if they are part of the same social system (Firth, 1964 : 17-18 *apud* Brasil, 1973 : 6-7). Firth encara o campesinato num sentido antes relacional e estrutural que exclusivamente ocupacional, como parece pretender Wolf e outros autores. Uma incursão no trabalho de Amorim (1970/71) ajudou a reforçar essa maneira de encarar o campesinato. Como ele, entendemos que, para definir-se um segmento social como um segmento camponês, não é o que os seus membros produzem que é importante, mas como produzem e para quem produzem que é relevante na definição (1970/71 : 74). Em outras palavras, a simplicidade tecnológica, a pequena escala produtiva, a dependência a um mercado no qual é alocado o produto e a um código legal nacional, conjugadamente é que são relevantes na definição de segmentos sociais como camponeses.

Os questionamentos, como *produzem* e *para que produzem* os componentes do segmento de pescadores do litoral, em Tamaruteua, encaminharam os passos para tentar-se a pretendida articulação, colocada no início desta introdução.

Como tarefa inicial foi fundamental a identificação de processos e de relações através dos quais os componentes desse segmento produzem, repartem e consomem bens e serviços, imprescindíveis no seu cotidiano. Importa dizer, que para essa identificação foi necessário tomar-se o sistema econômico como o cerne da descrição e análise.

É pela natureza do relacionamento que o segmento de pescadores estudado mantém com o sistema abrangente, que se vislumbrou, logo de início, a possibilidade examinar-se a realidade de Tamaruteua à luz da noção de campesinato, porque nele reponta um elemento caracterizador das sociedades camponesas, que é a situação de *part society* (Kroeber, 1948 : 284).

A pesquisa de campo se realizou em três excursões à comunidade de Tamaruteua. As duas primeiras foram ainda realizadas em maio de 1976 em razão do Projeto Marapanim,

coordenado por nós para um estudo da organização econômica e social dos pescadores do litoral de Marapanim, para uma dissertação de mestrado; a terceira, já especificamente ligada ao projeto mencionado no início desta introdução. Nas duas primeiras excursões, além das autoras, participou a estagiária Ruth Cortez, do Departamento de Antropologia do Museu Goeldi. Nessa primeira etapa foi bastante estimulante o apoio dispensado pela Colônia de Pescadores Z-6 de Marapanim, através de seu presidente Manoel Negrão, que facilitou nossos contatos com a Capatazia local da Colônia, em Tamaruteua, providenciando nossa hospedagem e os contactos com os pescadores locais. À essas organizações ficam registrados os nossos agradecimentos.

A terceira excursão realizou-se em novembro de 1978, com a participação das autoras, da bolsista do CNPq, Ruth Cortez, da estagiária Roseana Simões Nogueira e do fotógrafo Janduari Simões, todos do Museu Paraense Emílio Goeldi. Embora as duas primeiras excursões tenham sido projetadas pelo Projeto Marapanim, foi possível acumular dados que vieram somar-se aos coligidos na terceira excursão programada.

Os dados foram coletados através da observação participante, entrevistas e formulários. As unidades de investigação foram os grupos domésticos locais, com ênfase nas informações dos pescadores componentes dos respectivos grupos. Convém ressaltar aqui, que uma das partes do formulário foi dedicada à coleta de dados para trabalhos posteriores a cargo de Ivete Herculano do Nascimento e Ruth Cortez.

O termo comunidade é aqui empregado no sentido concreto: o espaço físico, no qual as autoras coletaram o material necessário à análise, através da instrumentalização metodológica a que se propuseram.

O termo define a área onde habitam os pescadores entrevistados. Ao referirmo-nos a Tamaruteua, por vezes o faremos como **comunidade local**.

A COMUNIDADE LOCAL E SEU AMBIENTE GEOGRÁFICO

Tamaruteua compõe o colar de vilazinhas de pescadores do litoral do Pará. (Est. I). Situa-se no litoral do Município de Marapanim, na Micro Região Homogênea do Salgado, a qual integra a região do chamado Nordeste Paraense. A comunidade localiza-se precisamente na embocadura do rio Cajutuba sobre o oceano Atlântico. (Fig. 1).

Sua denominação, segundo seus moradores, provavelmente se origina da existência de um molusco avermelhado que habita os trechos pedregosos das praias. Os pescadores utilizam-no como iscas para determinados peixes.

Tamaruteua é uma das localidades de pescadores mais antigas do litoral de Marapanim. É de existência anterior a

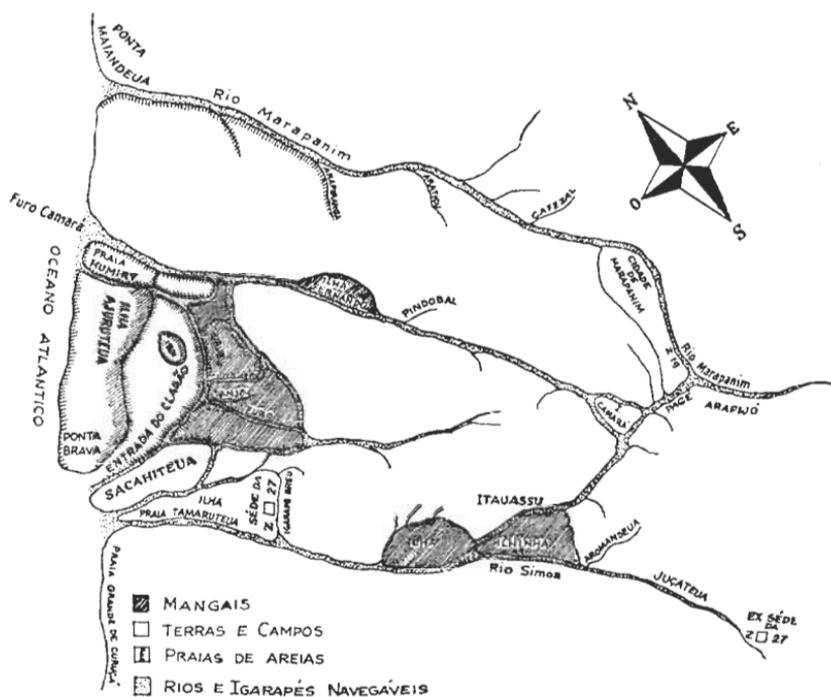


Fig. 1 — Croqui da posição de Tamaruteua, segundo *A Voz do Mar*, ano VII nº 71. Rio de Janeiro, 1928.

1928, pois neste ano já era sede de Colônia de Pescadores, cujo prefixo era Z-27. Atualmente está reduzida a uma simples Capatazia de pesca, que é uma subunidade da Colônia de Pescadores Z-6.

A primeira sede da Colônia Z-27 de Tamaruteua, ficava às margens do rio Juçateua, nos limites do Município de Marapanim. Em 1928, porém, mudou-se para a ilha de Tamaruteua, sendo construída às margens do igarapé do Breu, que hoje fica nos fundos da **comunidade local** (Fig. 2). Essa **comunidade** atualmente situa-se na ilha homônima que é cercada ao norte pelo furo da Cobra e banhada pelas águas atlânticas ao sul e a oeste pelo rio Cajutuba, e a leste por uma faixa de terra e campos de areia, conforme esboço cartográfico da Colônia de Pescadores Z-27 (cf. fig. 1).

Desde o período de seu povoamento até o presente, as comunicações entre Tamaruteua e a cidade de Marapanim, maior centro municipal, sempre foram feitas por via fluvial a qual é representada pelo rio Cajutuba, cujas cabeceiras se localizam às proximidades dessa cidade. As águas desse rio são regidas pelo movimento das marés e o teor de sua salinidade aumenta na estação do estio na região. Dizem os habitantes de Tamaruteua que durante o **verão** — estação do estio — as águas ficam bastantes salgadas e, no **inverno** — estação das grandes chuvas, elas ficam **temperadas** ou salobras.

A situação de semi-isolamento geográfico em que vive a **comunidade local** tem contribuído para a mobilidade espacial de seus habitantes. Pelos dados de primeira mão que obtivemos no levantamento realizado em maio de 1976, Tamaruteua apresentava 71 unidades domésticas com 6 pessoas, em média, em cada unidade. Isso significa que naquela época habitavam na **comunidade local** uma população de 426 pessoas. Em novembro do mesmo ano, ao retornarmos ao local, já encontramos apenas 59 residências habitadas que, reunidas, totalizavam uma população de 334 indivíduos. Como se pode notar, num espaço de 6 meses a população

local sofreu um decréscimo de 92 habitantes. Em termos de unidades residências, 12 ficaram desabitadas. Segundo informações lá coligidas, os chefes das várias unidades do-

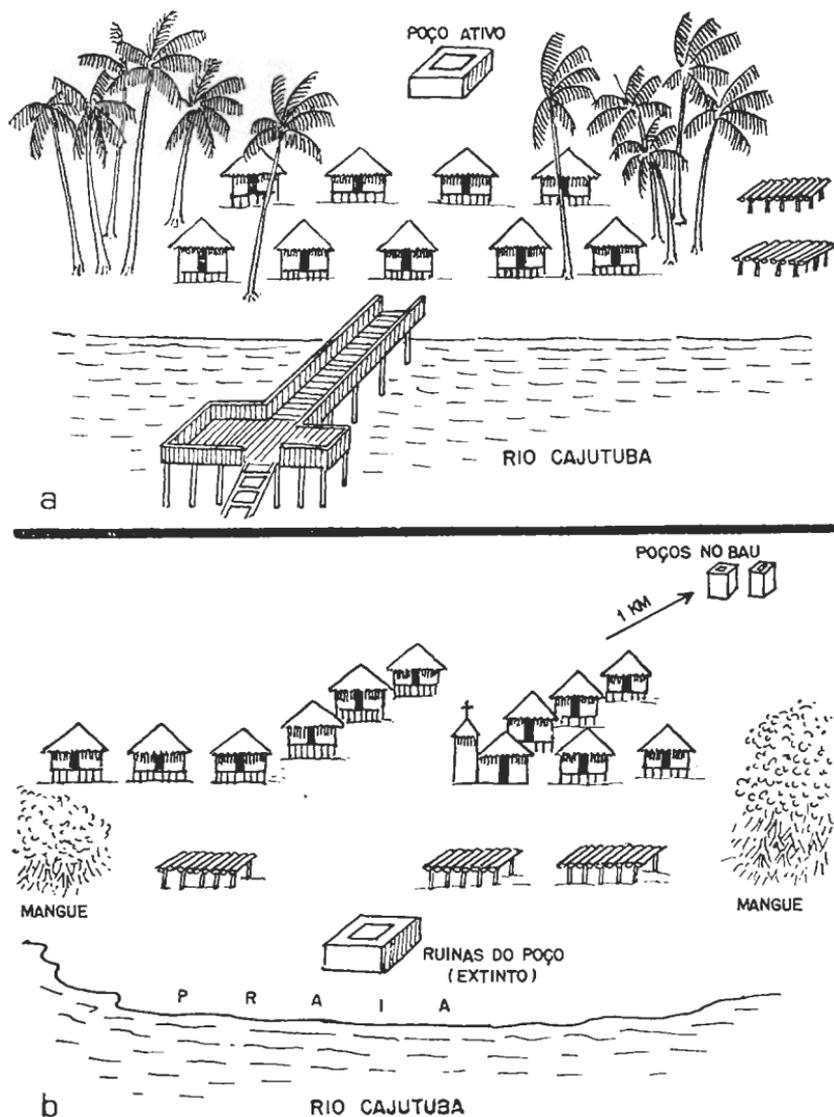


Fig. 2 — Aspectos físicos de Tamaruteua: a — situação anterior; b — situação atual. (Des. G. Leite)

mésticas, migraram para outros locais, entre elas destacando-se Marapanim e Curuçá, esta no município homônimo limítrofe.

As condições físicas partilhadas pelos habitantes de Tamaruteua, segundo sua versão, tem constituído motivos para essa evasão de famílias do local. As condições sanitárias — falta de assistência médica, a precariedade de abastecimento de água potável são algumas razões alegadas pelos moradores; por outro lado, a distância dos centros mais desenvolvidos, a deficiência do ensino primário na comunidade e a falta de crédito para desenvolver o trabalho produtivo dos pescadores, integram também o elenco de fatores de repulsão vigentes na área.

Os moradores de Tamaruteua, abastecem-se da água potável de dois poços localizados no Breu — um sítio localizado a 1 km de distância, aproximadamente, do centro da comunidade local. Nesse percurso os moradores, especialmente as mulheres e crianças, realizam em algumas horas do dia e principalmente da noite um vai-e-vem em busca de água. Dizem os moradores que é a **procissão da água** que passou a tornar-se até um divertimento.

O Breu, além de incorporar uma função que poderia ser classificada como natural porque vinculada às necessidades orgânicas dos indivíduos, assume também uma função social que é significativa na estrutura do relacionamento dos habitantes locais. Esse logradouro tem sido, em larga medida, o centro da comunicação entre os indivíduos, o local onde muitas decisões são tomadas principalmente as relacionadas a festejos e ainda a transações comerciais. É onde as pessoas se encontram para as conversas mais variadas. É um dos lugares preferidos da **comunidade local**. É, em suma, um dos meios de interação dos habitantes do lugar.

Conquanto o Breu incorpora uma duplicidade de função, os moradores vêm reclamando insistentemente pela instalação de um poço artesiano que permita um maior e melhor

abastecimento de água. Os dois poços existentes, durante a estação do verão, não conseguem atender suficientemente a demanda de abastecimento, em virtude da considerável queda de nível de seu lençol d'água. Há uma espécie de rodízio para a colheita da água. Há grupos de pessoas que preferem a noite e as horas de menos movimento no Breu. Nessa época, a situação piora porque além da busca do líquido para as necessidades domésticas, há ainda à considerar-se as necessidades do pequeno criatório de gado vacum existente em Tamaruteua. Os proprietários vão ao Breu carregar água para o gado entre duas e quatro horas da manhã, quando o fluxo de pessoas é diminuto.

Sugere-se neste artigo, segundo a visão dos habitantes de Tamaruteua, que a solução para o abastecimento de água seja feito de modo adequado, visando, de um lado proporcionar recursos mais abundantes — no caso um poço artesiano — que satisfaça as necessidades dos habitantes e, de outro lado, a manter o local como centro de encontro, isto é, do meio de interação entre os moradores, o qual tem funcionado como uma necessidade socialmente estabelecida.

As condições geográficas partilhadas pela **comunidade local** refletem-se na disposição do casario dos pescadores.

Pelo fato da comunidade estar localizada em uma ilha que sofre a influência da erosão marinha, vários recuos nas moradias dos pescadores já ocorreram no sentido do centro da ilha de Tamaruteua. Há muitos anos o casario se localizava de tal forma, que na parte fronteira havia um trapiche que servia de ancoradouro às embarcações de pesca e uma arborização de coqueiros que emprestava uma paisagem pitoresca ao local (Fig. 3). As ruínas do antigo poço hoje localizadas em frente ao casario servem para estabelecer o marco entre a situação presente e a anterior do casario. Dizem os moradores que esse poço ficava, na situação anterior, por detrás do arruado.

Conforme se observa nos dois croquis, houve um recuo considerável. Esta situação pode ser lida não só no discurs-

so dos informantes mas nas próprias estruturas das moradias. Todas elas, ao contrário do que se observa em outras comunidades circunvizinhas habitadas por pescadores (2), se revestem de um caráter temporário. O observador, à primeira vista, tem a impressão etnocêntrica de extrema pobreza de seus moradores. Este caráter de temporariedade deve ser visto como resultante de pressões ecológicas e não de fatores de natureza econômica. Alguns pescadores revelaram que *de nada vale se construir um barraco bem feito se o mar um dia vai avançar e comer a praia*.

Parece que essa situação de mobilidade das moradias se configura como um sério problema para os habitantes locais, se levarmos em consideração o contexto geográfico no qual se encontram. A ilha de Tamaruteua é uma área circundada, em sua maior parte, por mangais e por uma praia que abrange a parte marginal do rio Cajutuba. Essa área toda é invadida pelas águas oceânicas do Atlântico pelo regime de marés. Em tempo de maré de sizígia (3) grande parte da ilha é inundada. As casas dos pescadores ficam com seus pilares parcialmente submersos. A circulação no interior da **comunidade local**, nessa época, só é possível através de montarias (4). A realidade geográfica e topográfica de Tamaruteua, enquanto Vila de pescadores, permite inferir-se que há um limite para um recuo, das moradias e um ponto máximo para que os pescadores permaneçam como um aglomerado humano nesse local, o que se torna crucial diante da ação erosiva das águas. Esse limite e esse ponto máximo são, ao nosso ver, representados pela região da ilha até onde as condições de vida para o pescador sejam favoráveis, isto é, até o ponto em que consigam ter o máximo de

(2) — Vista Alegre, Itauaçu, Recreio, Marudá.

(3) — Maré mais alta durante o ano, na área, meses de fevereiro e março.

(4) — Denominação que na Amazônia é atribuída às embarcações propulsadas a remo, que apresentam como características principais a presença de **falcas**, **paveso** e **friso** (tábuas laterais, adorno de proa e bordadura, respectivamente).

condições de vida social e material escolhidas pelos componentes desse segmento social de pescadores.

As observações pessoais realizadas por nós nessa região do litoral do Pará, aliadas às aspirações dos moradores, leva-nos a sugerir medidas que nos parecem de importância vital para dotar a população de Tamaruteua de melhores condições de vida, reclamadas constantemente por seus habitantes.

Essas sugestões constituem tentativas de tornar operacionalizável todo o conhecimento acumulado nas sucessivas excursões científicas realizadas em comunidades pesqueiras do litoral do Pará na região do Nordeste Paraense. Serão úteis também na continuidade e melhoria da produção pesqueira dessa área, uma vez que a participação dos pescadores litorâneos, sob a forma de produção de pescado é bastante significativa no abastecimento das populações dos centros circunjacentes e da capital do Estado.

Tais medidas necessitarão de um esforço conjugado de técnicos para que se tornem vigentes e de modo a beneficiar em primeira instância os habitantes dessa **comunidade** pesqueira. Nesse sentido, esta série de medidas poderão servir de corpo de um projeto de antropologia de ação. Por enquanto elas ficam esboçadas para despertar o interesse daqueles técnicos que poderão colaborar na montagem de tal projeto.

A PESCA-DE-LINHA E OS PESCADORES-DE-FORA

Em Tamaruteua a população residente depende exclusivamente da atividade pesqueira. A agricultura, pela natureza do solo arenoso da **comunidade local** não tem estimulado qualquer experiência de cultivo agrícola. Em alguns grupos domésticos há plantações de hortaliças em canteiros suspensos, cujo produto se destina ao consumo doméstico. Um ou outro morador vive do incipiente comércio de artigos a varejo, mesmo assim, não se pode afirmar absolutamente

que esteja desvinculado da atividade pesqueira, até mesmo porque eventualmente vai ao mar fazer pescarias.

Encontrou-se em Tamaruteua cinco modalidades de pesca-de-linha (ou espinhel como também é chamada): rede, tarrafa, curral e anzol ou linha-de-mão. Em primeiro plano situa-se a pesca-de-linha que atribui aos seus atores a designação de **pescadores-de-linha** ou de pescadores-de-fora, dada a distância a que se deslocam para pescar; em segundo lugar vem a pesca de rede e suas variedades; em terceiro plano situam-se as pescarias de tarrafa, curral e linha de mão. A razão destas últimas estarem num plano mais abaixo deve-se ao fato de contrastarem com as primeiras em termos do número de pessoas que reúnem para suas operações, da organização do trabalho tendente a uma forma individualista e até porque seu produto não chega a ser integrar no fluxo de comercialização.

Segundo essas observações e as informações dos pescadores entrevistados, a pesca-de-linha, também conhecida como espinhel, se apresenta como forma de pescaria dominante naquela região, tornando as outras secundárias. É a que reúne o maior número de pescadores do local e é a maior responsável pelo fluxo de comercialização da área no qual o sistema de intermediação está vivamente presente, alocando o produto nas cidades de Marapanim, Curuçá (Zona do Salgado), Castanhal (Zona Bragantina), Belém (Zona Guajariana), além de outros centros de menor concentração populacional (5). Por esta razão é que enfocamos aqui, esta modalidade de pescaria como objeto principal de análise, atendendo para a organização da produção e relações sociais pertinentes.

A pesca-de-linha, como as outras já mencionadas, é de natureza puramente artesanal dado a confecção do aparelho de pesca-de-linha (ou o espinhel) — ser quase que totalmente feita pelo pescador. Alguns acessórios, como a cor-

(5) — Itauaçu, Simôa, Boa Vista, Mocajubinha, São Pedro no Município de Marapanim e outros de Curuçá.

da e os anzóis, são materiais industrializados e comprados nas casas comerciais de Marapanim, Castanhal, Curuçá e, eventualmente, em Belém.

Para o trabalho os **pescadores-de-fora** utilizam além da **linha**, a canoa, em geral à vela motivados pelo deslocamento necessário ao direcionamento dos pesqueiros (6) que ficam distantes da comunidade local, e a **anzoleira** — uma peça em forma de banco onde é disposta a linha de tal forma que facilita seu lançamento ao mar no momento da pescaria; os pescadores a definem como um depósito de **linhas**. Faremos a seguir uma ligeira descrição desses instrumentos de pesca.

O citado aparelho compõe-se das seguintes partes: **linha** (ou linha mestra) é uma corda que dá a extensão do aparelho; bóias ou flutuadores que permitem o pescador visualizar a posição em que a peça está em ação; **cordas de bóias** que são os suportes que atam as bóias à linha mestra já descrita; **pedras ou poitas**, são pesos que servem de lastro para manter o espínhel firme de modo a apresar o peixe que se aproxima; **anzóis**, dispostos em seqüência e presos à linha mestra por uma corda menos espessa que as das bóias, constituem a peça principal do aparelho, por ser o elemento de apreensão do peixe (Fig. 3).

A pesca de espínhel configura um complexo de trabalho para atingir os objetivos da produção. Ela está associada à pesca de isca cujo principal produto é a *cutuca*, um peixe em forma de cobra muito liso e dotado de um forte odor. Esta preferência dos pescadores é em razão da rigidez de sua carne que impede de ser devorada facilmente pelos peixes. É uma isca mais resistente, inclusive à correnteza das águas.

A pesca de **isca** pode ser praticada pela própria tripulação da **pesca-de-linha** como pode ser feita por outras pessoas

(6) — **Pesqueiro** — é a designação regional que o pescador atribui aos pontos piscosos da costa paraense.

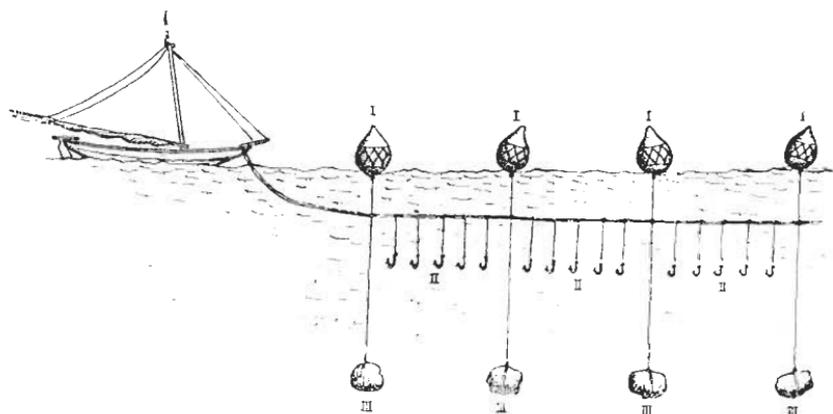


Fig. 3 — Esboço de um espinhel com seus componentes : I — bóias; II — anzóis; III — poitas. (Des. G. Leite)

sem vinculação com essa tripulação. Essa submodalidade de pescaria também é praticada com espinhel.

Os instrumentos de trabalho destas atividades (**pescade-linha** e **pescade-isca**) são a canoa, o espinhel ou a linha e a **anzoleira**, que é o depósito da linha. Em geral, o mesmo espinhel que utilizam para a pescaria das espécies produtivas é o mesmo que empregam nas pescarias de isca.

Ao longo da linha se distribuem as cordas de bóia que fazem a mesma flutuar.

As bóias (Est. II a) dispostas ao longo da linha mestra, são flutuadores feitos tradicionalmente de um fruto conhecido na região como **balde** (7). Após o **balde** ser esvaziado de seu miolo por uma abertura é colocado para secar ao sol. Feito isso, a abertura será então vedada por uma rolha de cortiça banhada em **piche** (8). Depois este **balde** é envolvido por um trançado feito com linha de *nylon* em suas partes superior e inferior. O trançado vai em

(7) — Fruto da “árvore do balde” também conhecida na Amazônia como “jamaru” (**Lagenaria vulgaris**).

(8) — Tinta preta utilizada para calafetagem das canoas na região.

ziguezague de uma cinta a outra para lhe dar maior segurança. A cinta do fundo do **balde** leva uma alça também de *nylon* onde se prende a corda da bóia que, quando em flutuação, fica presa ao cabo do espinhel. Em semelhante disposição, no sentido para baixo são atadas as cordas para as pedras ou **poitas** para **poitar** o espinhel, isto é, para fixar esse aparelho na posição correta e adequada à captura do peixe.

As espécies de peixes comumente capturados pelos pescadores de Tamaruteua são : Xaréu (*Carraux hippos*); Tainna (*Mugil brasiliensis*); Serra (*Sarda sarda*); Pratiqueira ou Caica (*Mugil curema*); Cação (*Nebrius cirratum*); Bandeirado (*Felichtys bagri*); Enxova (*Pomatonius saltaux*); Corvina (*Pachyurus schamburgkii*); Espardate (*Xiphias gladis*); Gurijuba (*Tachysurus lunicutis*); Sardinha (*Neosteus* sp.); Tubarão (*Scyliorbinus* sp.).

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA PESCA-DE-LINHA E O ACESSO AO PRODUTO

A pesca-de-linha ou de espinhel em Tamaruteua, é executada por uma equipe composta por três homens, a qual denominam localmente de **tripulação** (Est. II b). Cada componente, corresponde a títulos distintos, desempenha tarefas específicas na pescaria e ocupa posições determinadas no interior da canoa. Assim tem-se o **proeiro** que é o chefe do grupo de trabalho, que tanto pode ser o proprietário do equipamento como um pescador não proprietário (convidado pelo primeiro quando este não vai às pescarias) que preencha os requisitos exigidos para a atividade. Neste caso o **proeiro** exerce o comando da tripulação como encarregado da mesma.

O **proeiro** é responsável pela segurança do equipamento e da tripulação, detém o poder de decisão perante o grupo da tripulação. Comanda, possui conhecimento das corren-

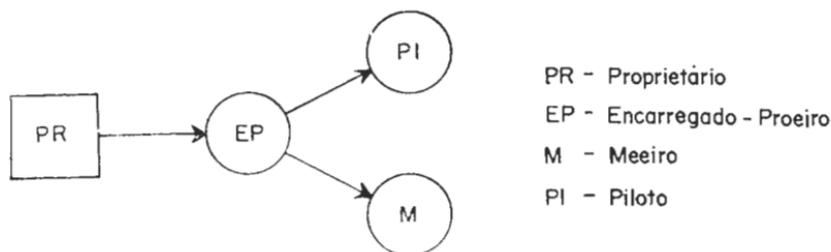
tezas e dos melhores **pesqueiros** para a captura do peixe, decide a hora adequada de **lançar** e **puxar** o espinhel. É escolhido pelo proprietário do **traste**, isto é, do equipamento de pesca. A responsabilidade, honestidade e conhecimento da pesca que ele tem, segundo o discurso dos moradores locais, são os principais requisitos levados em conta no ato da sua escolha por parte do proprietário. Por sua vez o **proeiro** é que faz a escolha dos seus companheiros: **piloto** e **meieiro**, observando as qualidades necessárias ao bom desempenho de suas respectivas tarefas. Não obstante prevalecerem os requisitos antes apontados para a escolha do **proeiro**, as relações de parentesco afim e compadrio exercem forte influência nessa escolha, pois, em nossa convivência com os pescadores dessa área, vimos que, embora muitas vezes essas relações fossem encobertas pelas justificativas já citadas, elas estavam presentes. Da mesma forma que elas são válidas para a escolha do **proeiro** vinda do proprietário da embarcação, o são para a escolha dos outros componentes da tripulação vinda do **proeiro**.

O **piloto** controla a direção da embarcação, faz os bordos⁽⁹⁾ sob as ordens do **proeiro**. Sua posição é na **popa** da canoa.

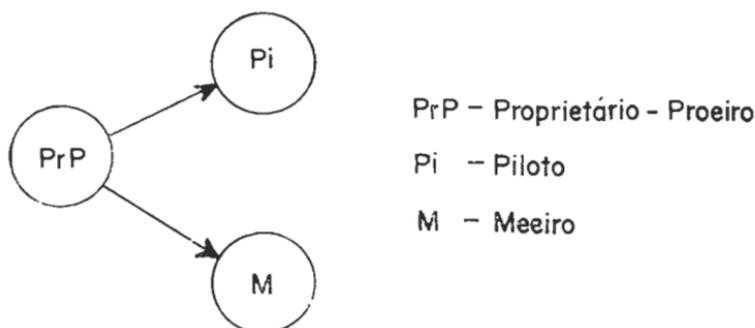
O **meeiro** desempenha na canoa as tarefas de um servente; auxiliar principalmente do **proeiro** na **jogada** e **puxada** do espinhel. Coloca a **anzoleira** na parte lateral direita da proa da embarcação. Coloca as iscas nos anzois; amarra as **bóias** e **poitas** no espinhel juntamente com o **proeiro** e seca a água que se acumula no fundo da canoa.

Uma tripulação, quando o proprietário dos instrumentos de pesca (canoa e linha) não vai às pescarias como tripulante, poderia assim ser graficamente representada. As setas indicam a direção da escolha dos componentes.

(9) — Bordos — movimentos de vela da canoa para manobrar a embarcação no seu trajeto.



No caso em que o proprietário participa da tripulação o gráfico passa a ser :



O trabalho no interior da tripulação se apresenta hierarquizado se levarmos em consideração o desempenho dos papéis dos tripulantes que correspondem a *status* diferenciados. Assim, como foi descrito acima, o **proeiro** assume uma posição de comando nas operações de pesca. Ele é o chefe a cujas decisões os outros estão sujeitos; sua autoridade não é apenas conseguida através dos requisitos já mencionados, mas, o caráter exclusivamente da propriedade, em termos dos meios de produção, também influencia essa posição. No discurso dos informantes que desempenham o papel de **proeiro-encarregado**, sentiu-se a preocupação primordial em manter os instrumentos de trabalho em bom estado de conservação a fim de minimizar seus custos, ao mesmo tempo, em assegurar ao seu proprietário uma produção que corresponda às suas expectativas. Assim sendo, o proprietário assegura ao seu **encarregado** que vai como **proeiro**

da tripulação, uma parte do produto resultante das pescarias como *recompensa* ao bom desempenho de seu papel.

Além desse fato, como indicador da presença dessa hierarquização no trabalho produtivo, pode-se ainda apontar um outro que nos leva a afirmar a posição hierarquizada entre o proprietário dos meios de produção e os seus tripulantes. Este se vislumbra no momento da repartição do produto, a qual é feita de forma desigual entre os **tripulantes** e o proprietário. Essa desigualdade na distribuição do produto ainda que pequena, como será visto a seguir, atesta mais uma vez o caráter exclusivista da propriedade dos **trastes** e o posicionamento dos indivíduos nas suas relações de trabalho.

Cada tripulação é, teoricamente, responsável pela manutenção dos instrumentos de trabalho: canoas, espinhéis, redes e remos. O proprietário ou **encarregado** da canoa deve estimular a participação integral da tripulação tanto quanto possível, nos trabalhos de conservação do material. Mas nem sempre os membros da tripulação agem assim, nota-se muita relutância e alguns negam-se a fazê-lo, o que vai originar tensões no grupo, sendo muitas vezes uma das causas da intensa mobilidade dos membros de uma tripulação para outra, ficando estas tarefas ao encargo do proprietário ou do **encarregado**.

O trabalho desempenhado pela tripulação se coloca, obviamente ao nível da produção, cujo produto resultante flui para o mercado extra-local através da atuação dos intermediários regionalmente conhecidos por **marreteiros**. Estes, em geral, são proprietários de lanchas que ao comprarem o produto do trabalho dos pescadores para revenderem fora da área, concomitantemente fazem o transporte de passageiros entre a povoação de Tamaruteua e as cidades de Marapanim e Curuçá, polos urbanos imediatos onde são feitas as transações comerciais do pescado dessa área. Praticamente pode-se afirmar que os pescadores de Tamaruteua e suas

famílias, além de dependerem dos intermediários para a venda de seu produto, dependem também para suas comunicações com aquelas duas cidades, de onde têm acesso com outras cidades via rodoviária.

Com relação a participação da mulher no trabalho de pesca, observamos que elas não participam diretamente nas atividades do mar. De modo geral elas se dedicam às tarefas domésticas, realizando também, diariamente, os serviços de **enchecção d'água**. Esta é uma tarefa realizada quase que exclusivamente por mulheres e crianças, com fins ao abastecimento de água para beber, de um poço localizado no Breu, há aproximadamente 1 km de distância do centro residencial. De preferência a caminhada é feita quando o sol está declinando ou de manhã cedo, em geral em grupos de 3 a 5 pessoas. Nos intervalos desta atividade e na folga dos afazeres domésticos, as mulheres ajudam o marido na lavagem do peixe para salgar ou ainda, trabalham como **estivadoras** no processo da **salga** que se constitui num trabalho remunerado de acordo com a produção; observou-se que o trabalho feminino em Tamaruteua está mais engajado ao nível de transformação. Essa situação está ligada ao fato de que na atividade pesqueira a mulher tem sua participação praticamente vedada ao nível da produção. Em várias ocasiões experimentamos uma certa rejeição por parte dos pescadores de participarmos em suas pescarias, ainda que como observadores, ao que relacionamos aos aspectos mágicos que permeiam o mundo do pescador na Amazônia. Por outro lado, essa não participação está associada ao fato de serem as pescarias uma atividade *muito pesada e sacrificosa* para a mulher, segundo a concepção dos moradores locais. Ainda segundo o discurso dos pescadores, *mulher é para fazer serviço mais leve e muitas vezes ela não está "conforme" pra embarcar em canoa* o que atesta as implicações mágicas no universo da pesca na região estudada.

As mulheres de Tamaruteua quando não migram para outros locais, cedo se *amigam*, constituindo um novo lar obe-

decendo ao padrão da neolocalidade. Não obstante a regra da neolocalidade estar presente na formação de uma nova unidade familiar, o casal não se desobriga de ajudar os pais quando estes não mais têm condições de trabalhar e/ou os parentes necessitados. As razões para tal atitude devem ser buscadas no princípio da reciprocidade, típica e mais sensivelmente, encontrado nas sociedades de natureza menos complexa.

Quanto às crianças, estas desde cedo, a partir de aproximadamente 6 anos de idade já começam a prestar pequenas ajudas aos pais. Seja no reparo de irmãos menores, seja ajudando a **encher água** ou a ajudar o pai a transportar seus **trastes** de pesca para o porto e vice-versa, ou até mesmo a acompanhá-lo numa pescaria.

Ao abordarmos os aspectos da organização do trabalho entre os pescadores de Tamaruteua não podemos deixar de mencionar os processos de salgamento do pescado. Em trabalho anterior (Furtado, 1980 : 74-76) apresentamos um breve relato sobre estes processos que na região são conhecidos genericamente por **salga** e **secagem** do peixe. A distância que se acha Tamaruteua dos centros de mercado e a falta de infra-estrutura para a conservação do pescado, lá produzido, estimulam estes processos, gerando internamente atividades e relações de caráter patronal a ele pertinentes e uma paisagem hoje ausente nas comunidades pesqueiras que estão diretamente servidas pelo transporte rodoviário, que facilita a alocação do peixe *in natura* nos centros de mercado.

A **salga** e a **secagem** consistem em processos ligeiramente distintos entre si, envolvendo, ambos, relações que poderíamos dizer de caráter patronal pelo fato da mão-de-obra utilizada nos serviços (esta representada pelos **estivadores**) não estar sob o regime de parceria vigente no trabalho das pescarias efetivado pelas tripulações. Cada **estivador** — homem ou mulher — recebe uma quantia em di-

nheiro por quilo de peixe beneficiado após o salgamento do produto, quantia essa que lhe é paga pelo dono do produto o qual pode ser o próprio pescador ou o **marreteiro**, considerados neste caso como patrão em relação aos estivadores.

A seguir apresentamos seqüencial e comparativamente as fases dos processos de **salga** e **secagem** para que se possa melhor visualizar sua tênue distinção e a composição da paisagem nas áreas em que tais processos ocorrem.

Salga	Secagem
Esviceramento	Esviceramento
Lanhação	Lanhação
Lavagem	Lavagem
Salga	Salga
Empilhamento	Secagem
Venda	Empilhamento

O principal ponto distintivo dos dois processos está no fato de que a **secagem** utiliza a energia solar direta no processo de conservação, enquanto o primeiro, não; utilizando apenas o sal no processo conservador. Em conseqüência o pescado beneficiado pelo processo da **salga** visa um mercado mais próximo para um consumo mais imediato em relação ao pescado beneficiado pelo processo de **secagem**, porque este tem um tempo de conservação bem menos perecível que o da **salga**.

O **esviceramento** consiste na limpeza do pescado liberando-o de suas vísceras; logo após é feita a **lanhação**, isto é, cortes longitudinais para o recebimento do sal — a **salga** propriamente dita após a **lavagem** nas águas da praia

(Est. III); o **empilhamento** é a fase em que o pescado já pronto — quer pela **salga** ou pela **secagem** — os estivadores arrumam superpostamente os peixes no assoalho da **salgadeira** (10) em fardos de 1 arroba. cada.

A **secagem** vai além da **salgadeira** (11); vai ao **tendal** — uma espécie de coradouro — onde, sobre o estrado são dispostos os peixes para secagem ao sol cotidianamente, por um espaço de 3 a 5 dias. O **tendal** é feito de talas de marajá ou de bambu ou ainda de mangueiro. Geralmente ficam dispostos à frente das **salgadeiras**. Para afugentar os urubus que se aproximam dos **tendais**, os proprietários costumavam colocar bandeiras de pano — branco ou vermelho nos vértices dos **tendais**. Alguns preferiam pagar meninos para vigilância dos mesmos.

Isto posto, cremos ser possível representar graficamente a organização do trabalho em Tamaruteua (Fig. 4).

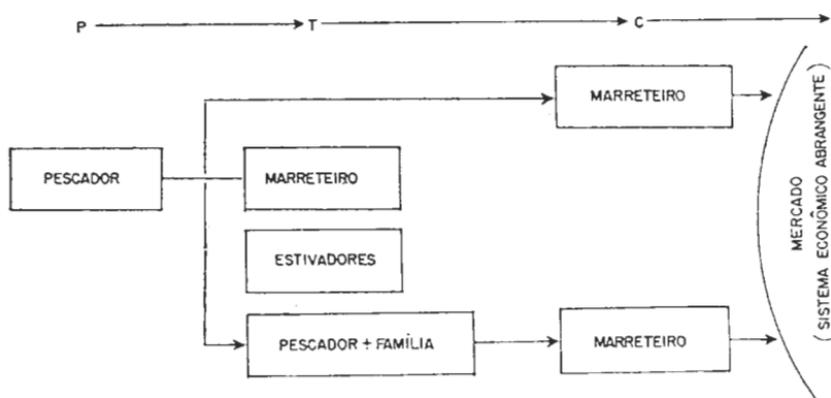


Fig. 4 — Gráfico da organização do trabalho em Tamaruteua.

(10) — O assoalho é feito de lascas de palmeira corridas, com intervalos de aproximadamente $\frac{1}{2}$ polegada de modo a permitir que o excesso de água contido no peixe escorra por entre as fendas.

(11) — Barraca construída sobre esteios a mais ou menos 1 m do solo, onde se desenvolve a maior parte dos trabalhos de **salga** e **secagem**, e onde fica armazenado o peixe beneficiado para a venda aos intermediários.

As letras P, T e C correspondem, respectivamente, aos níveis da Produção, Transformação e Comercialização do produto resultante de atividades pesqueiras nos quais se situam as categorias ocupacionais constantes do diagrama. A produção considera aqui as atividades que envolvam as pescarias; a transformação inclui o **beneficiamento** pelos processos de **salga e secagem**.

Na categoria **pescador** incluem-se além dos pescadores tripulantes os proprietários que integram as tripulações quando vão ao mar. Nesse nível da produção duas situações podem acontecer. Ou o proprietário dos aparelhos de pesca — canoa e linha (espinhel) — participa das pescarias como tripulante ou ele é substituído por um **encarregado** ficando por conta deste todas as transações comerciais do produto do trabalho. Isto é, o encarregado **passa** o peixe para o **marreteiro** diariamente, ao fim da semana presta conta com ele e posteriormente com o proprietário. É a partir desse último evento que se dará a redistribuição do dinheiro que cabe a cada tripulante pelo trabalho desempenhado nas pescarias durante a semana. É aí que emerge o que, em termos de remuneração pelo trabalho na tripulação, se chama de **quinhão de recompensa**, a ser visto mais adiante.

No fluxo do pescado, da fonte em direção ao mercado consumidor, três situações alternativas podem ocorrer, como mostra a fig. 4: 1) ou o pescador **passa** o peixe *in natura* ao **marreteiro** para este alocar no mercado (situação mais usual); 2) **passa** para o **marreteiro** que, com o concurso dos **estivadores**, beneficiam o pescado no local para posteriormente dirigirem ao mercado; e 3) o próprio pescador com a ajuda da família faz o beneficiamento para posteriormente vender ao **marreteiro** para revenda (situação menos frequente). Assim, o pescador pode colocar-se também ao nível da transformação do produto das pescarias. Em consequência da existência dessa situação Tamaruteua joga no

mercado dois tipos de produto: o pescado *in natura* que atinge os centros de consumo mais próximos e o salgado ou o seco que atinge centros mais distantes como por exemplo povoações da área agrícola do Nordeste Paraense e da rodovia Belém-Brasília. Nestas condições, o produto do trabalho dos **pescadores-de-linha** de Tamaruteua ou atinge diretamente o nível da comercialização ou, para atingí-lo, tem que passar pela transformação, todavia, em nenhuma situação é descartada a presença do intermediário representado pela figura do **marreteiro** que tipifica as relações de mercado vigentes entre os pescadores da Zona do Salgado no Nordeste Paraense.

A opção pela qualidade do produto a ser vendido (*in natura*, salgado ou seco) tem muito a ver com a conveniência do pescador na qual implicam além das vantagens econômicas, as relações de parentesco, amizade e compadrio. O que significa dizer que não é apenas pelo maior preço atribuído ao peixe salgado e/ou seco que o pescador vai vincular-se a este ou aquele intermediário (o **marreteiro**), mas é também pelos laços de parentesco, de amizade e de compadrio mantidos entre si, bem como pelo sentimento de lealdade ao intermediário por este, em ocasiões anteriores ao relacionamento produtor-intermediário, ter prestado alguma ajuda material ou mesmo moral ao pescador.

O pescado *in natura* oriundo de Tamaruteua, como já foi dito, chega aos centros consumidores via intermediação. Por estar mais próximo do Município de Curuçá e pelo fato de ser de lá a maior demanda de intermediários, o maior volume do pescado dessa área é alocado imediatamente em Curuçá, daí partindo para Belém, principalmente, em caminhões com precárias condições de acondicionamento em gelo. Um menor volume é carregado para Marapanim e redistribuído para compradores revenderem nos talhos dos mercados municipais, para outros intermediários alocarem em Belém e em outros centros menores. Queixam-se os ma-

rapanienses que o maior beneficiado com o peixe de Tamaruteua é o Município de Curuçá, tanto a nível de abastecimento como, em conseqüência, a nível de renda fiscal municipal. Tal fato origina-se na falta de fiscalização por parte da Prefeitura Municipal de Marapanim.

A REPARTIÇÃO DO PRODUTO

Como acontece em todo litoral de Marapanim e em outros trechos da costa ocidental do Pará que partilham de condições geográficas e sociais semelhantes as da área de Tamaruteua, as diferentes atividades de proeiro/prorietário, proeiro/encarregado, piloto e meeiro correspondem a *status* e remuneração diferenciados no interior da tripulação. As duas modalidades de repartição tradicionalmente estabelecidas são o **quinhão da bóia** e o que chamamos de **quinhão de recompensa** na falta de termo específico.

O **quinhão da bóia** é uma parte retirada do volume total da produção de pescaria do dia. Essa retirada é, na concepção local, um direito tácito de todo aquele que tripula uma embarcação em operação de pescaria. É feita imediatamente à chegada da embarcação ao porto. Essa retirada, com relação ao seu volume, isto é, a quantidade que cada pescador tem direito, varia de pescador para pescador de acordo com as necessidades do grupo doméstico ao qual pertence o tripulante, as quais são avaliadas pelo próprio pescador. Não é o proprietário da embarcação ou o encarregado da mesma que vai ditar a quantidade que cada tripulante deve levar, mas é o próprio tripulante, seja **encarregado, piloto** ou **meieiro** que retira como **quinhão da bóia** a quantidade socialmente necessária. Socialmente necessária porque muitas vezes o pescador, além de ter a obrigação com seus parentes do grupo doméstico, ainda assume a responsabilidade de fornecer alimento a amigos ou pessoas inválidas, responsabilidade essa resultante, via de regra, de um jogo

de reciprocidade que alicerça as relações sociais nas sociedades de *cultura rústica* (12).

A quantidade do pescado retirada para o **quinhão da bóia** dos pescadores não é computada na parte que vai ser comercializada. O **quinhão da bóia** além de manifestar uma característica bastante evidente em sociedades de cultura rústica, que é a solidariedade fundamentada no princípio da reciprocidade, funciona como mecanismo atenuante dos efeitos da inflação que também atinge as camadas do meio rural brasileiro, fluindo da sociedade envolvente. Dificilmente um pescador deixaria de ter seu alimento garantido, porque ainda que houvesse insucesso numa pescaria com vistas à comercialização, a quantidade obtida nessa operação, carrearía para a alimentação dos tripulantes ao invés de seguir para o barracão de comercialização. Ainda que os preços dos produtos importados (feijão, carne, arroz, charque, enlatados e outros) tivessem seu preço aumentado, o pescador tem assegurada a sua porção de peixe para alimentação; é uma defesa contra esses aumentos que dia a dia recaem nos bens materiais que são introjetados nas áreas de *cultura rústica*.

O **quinhão de recompensa** é a remuneração que o pescador recebe pelo seu trabalho. Como o **quinhão da bóia**, é também retirado do volume total da produção, obedecendo, porém, a algumas variações referentes a posições sociais e atividades exercidas no interior da tripulação.

A repartição do produto da pescaria a nível do **quinhão de recompensa** se faz por um processo no qual a figura do intermediário tem papel fundamental, por ser este o agente da transação comercial entre o produtor e o mercado de onde fluiu o dinheiro que será redistribuído, legitimando assim o **quinhão de recompensa**.

(12) — O termo aqui é empregado no sentido que é utilizado por Antonio Candido (1971).

O processo se inicia quando o encarregado **passa** ao barracão do intermediário o volume restante da pescaria após a retirada do **quinhão da bóia**. Nesse momento os dois — **encarregado** e intermediário — fazem a pesagem do produto por qualidade de pescado a fim de definir o valor por quilo, para obter o valor total da produção do dia. Isso se verifica diariamente. E somente ao fim da semana, no sábado geralmente, é que o intermediário realiza o pagamento em dinheiro ao responsável pela tripulação, correspondente ao volume total da semana. É bom que se diga que o pescador assume nesta transação o papel de financiador para o intermediário, já que este, não tendo capital de giro, necessita que o pescador entregue primeiro sua produção para, depois das transações comerciais, obter o dinheiro para pagá-lo. Ao estabelecer o preço por quilo ao pescador, o intermediário que já previu as despesas que envolvem as transações comerciais até o destino do produto. Retomando o que dissemos um pouco antes, o **encarregado** de posse do pagamento feito pelo intermediário vai prestar contas aos componentes da tripulação e ao proprietário dos aparelhos de pesca — canoa e linha ou espinhel. Nessa repartição é levado em conta: a atividade desempenhada pelo tripulante, o *status* dentro da tripulação e a propriedade do material de pesca. Assim sendo, na linguagem regional, a repartição do dinheiro é assim expressada: O **encarregado** ganha 1 parte e meia (dado seu poder de decisão no interior da tripulação); o **piloto** 1 parte, o **meieiro** 1 parte, a **canoa** 1 parte e a **linha** 2 partes. Nestas condições o montante é dividido em 6 partes e meia. Vale ressaltar que as partes que cabem à canoa e à linha são destinadas ao proprietário. Se este participa efetivamente das operações de pesca, sua quota obviamente que é acrescida, pois ele ocupará o lugar do encarregado. A meia parte que é acrescida à quota do **quinhão do encarregado** é retirado dos quinhões ou partes que cabem ao proprietário. E uma espécie de comissão

adicional pelas responsabilidades a mais que aquele tem em relação aos demais companheiros de pescaria.

Esta distribuição tem a particularidade de não levar em consideração o volume de trabalho desempenhado por cada pescador, a sua participação implica na recompensa por quinhões, não sendo também relevante a espécie de peixe capturado e a sua cotação no mercado.

No ato do recebimento da remuneração do trabalho que é feita pela transformação do quinhão de recompensa em seu correspondente monetário, o pescador não sofre o desconto pelo volume de pescado que lhe coube no ato do recebimento do **quinhão da bóia**. O exemplo a seguir mostra mais concretamente como se dá o processo da repartição do produto da pescaria em Tamaruteua (13). Suponhamos que a tripulação X, composta de 1 **encarregado**, 1 **piloto** e 1 **meieiro** tenha desembarcado na praia, para o comprador de peixe (o intermediário) durante uma semana, cerca de 1.500 kg de um dado pescado, cujo valor, por quilo, corresponda a Cr\$ 20,00. Assim sendo a tripulação como um todo, inclusive o proprietário dos meios de produção (espínhel e canoa) fez jús a Cr\$ 30.000,00 ao final da semana. Nestas circunstâncias estão em jogo 4 elementos: o proprietário e os 3 tripulantes. A distribuição, porém, será por 6 partes porque o proprietário, receberá, também, pelo espínhel e pela canoa:

Proprietário	3 partes	= 7.500,00
Encarregado	1 parte + 1/2	= 3.750,00
Piloto	1 parte	= 2.500,00
Meieiro	1 parte	= 2.500,00

Como tal, este tipo de repartição diferencia-se das formas adotadas nos centros de maior complexidade econômica, e é comum nas vilas pesqueiras do litoral paraense. Ela

(13). — Os cálculos são estimados com relação aos dados de um dos meses de safra (maio). São aqui tomados arbitrariamente para efeito de ilustração.

expressa dois aspectos da realidade econômica local: de um lado, o caráter exclusivista da propriedade dos meios de produção, e de outro, os papéis e conhecimentos especializados dos indivíduos envolvidos na pesca. Daí emergir o caráter relativamente hierarquizado entre os **pescadores-de-linha**, tal como também se observa entre os **redeiros** do litoral de Marapanim, em contraste com os **currealistas** dessa mesma área (14).

O caráter exclusivista da propriedade dos instrumentos de pesca manifesta na área uma compartimentação da categoria de pescadores que chamariamos aqui de produtores-proprietários e produtores-não-proprietários, que significa dizer que na região nem todos os pescadores têm acesso direto aos instrumentos de produção. Para atingir o objeto de trabalho — o mar — eles se valem da mediatização do proprietário ao qual alugam sua força-de-trabalho nas tripulações da canoa pelo regime de parceria, já visto. Esta situação coloca na categoria dos pescadores uma assimetria nas suas relações de trabalho.

O pescador ao alugar sua força-de-trabalho estabelece uma díade entre ele e o dono dos meios de produção uma livre associação entre o capital e o trabalho, respectivamente representados, a nível regional, pelos bens de produção — canoa, linha de pesca, anzoleira, remos e pela possibilidade de mão-de-obra a ser absorvida pela atividade pesqueira. Essa associação, todavia, não é estabelecida rigidamente sob contrato formal, por isso mesmo os atos de associação e de rompimento das relações de trabalho entre as duas subcategorias se dão livremente. Na díade tripulante-proprietário, além da troca de bens e serviços no ato das pescarias, circula lealdade, sobretudo no sentido produtor-não-proprietário, atestando mais uma vez o referente social nas rela-

(14) — **Redeiros** e **Currealistas** são as denominações atribuídas aos pescadores do litoral de Marapanim (Zona do Salgado) que, respectivamente, trabalham com redes e currais na captura do pescado (Furtado, 1980).

ções de produção o que, por seu turno, atenua momentos de crise material vividos pelo pescador que, para sobreviver, dispõe tão somente de sua força-de-trabalho.

Não obstante o referente social presente nas relações de trabalho em Tamaruteua, estas podem ser graficamente representadas (Fig. 5).

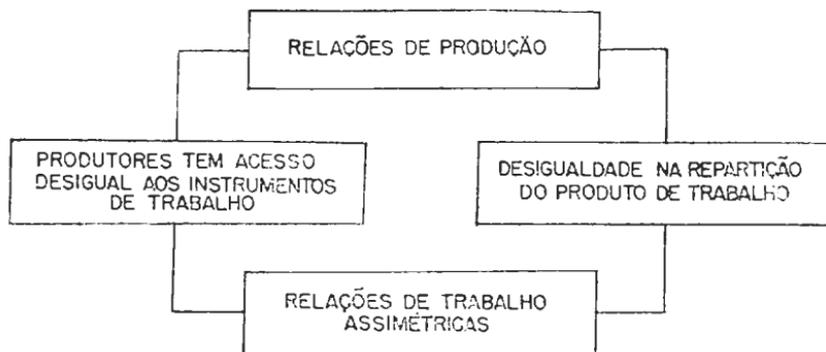


Fig. 5 — Gráfico das relações de produção na pesca em Tamaruteua.

Este modelo que tipifica as relações de produção na pesca de Tamaruteua generaliza-se para as comunidades pesqueiras do litoral do Salgado.

COMERCIALIZAÇÃO E RELAÇÕES DE MERCADO

O sistema de comercialização vigente em Tamaruteua é basicamente o mesmo que vigora em outras comunidades pesqueiras do Nordeste Paraense, mas possui certas características próprias que têm implicações na comercialização. O posicionamento geográfico de Tamaruteua impõe certos limites à comercialização do pescado da área. Por estar situada em uma ilha e só tendo acesso a ela os **marreteiros** de lancha, cuja capacidade é bastante limitada, a comunidade vê na contingência de utilizar em larga escala o processo da **salga** e **secagem** já vistos neste trabalho, fazendo aparecer no quadro paisagístico local as **salgadeiras** e **tendais** de peixe.

Sabe-se já que a principal figura do processo de comercialização é o intermediário — o **marreteiro**. Sem ele a venda do pescado para o mercado consumidor extra local não seria possível, pois o pescador não tem possibilidade de atingir esse mercado com a tecnologia que ele possui, quer a nível dos meios de transporte, quer a nível das formas de conservação e armazenamento do pescado. Assim, o intermediário aí aparece como uma exigência para o funcionamento do sistema de comercialização, dado que a pesca na comunidade é feita com fins comerciais dela fluindo principalmente o dinheiro que circula na área destinado à sobrevivência. Na figura 6 apresentamos uma visão dessa situação.

A posição geográfica de Tamaruteua, limitado com o Município de Curuçá, facilita a afluência dos intermediários deste município que superam numericamente os de Marapanim. Este fato mascara o volume de produção do Município de Marapanim, porque sendo a maioria dos intermediários oriunda do Município de Curuçá, toda a produção dos pescadores de Tamaruteua por eles levada é computada nos postos fiscais deste município, uma vez que o sistema de controle de Marapanim, como já foi dito, vem se apresentado de modo deficitário e quase inoperante naquele trecho de seu litoral, de modo a não permitir uma estatística adequada que, por sua vez, possibilite uma avaliação real do volume de pescado produzido nas costas de Marapanim. Esse fato, isto é, o não controle da saída do pescado, a nosso ver, é negativo para essa região por dois motivos: em primeiro lugar, não obstante a quantidade de pescado produzido pelos pescadores de Marapanim ser bastante considerável (15), Marapanim fica relegada a um terceiro plano na relação dos mu-

(15) — Observa-se que a produção de peixe de Marapanim perde para os outros municípios congêneres. Todavia, se houvesse uma fiscalização mais eficiente que fizesse a computação do volume nos próprios locais de pesca, tal município poderia estar numa posição mais alta na escala dos produtores de peixe do Pará e, por outro lado, a balança comercial do município seria mais aquinhoadada (Furta-
do, 1980).

nicípios pesqueiros da região inclusiva; em segundo lugar, porque com a evasão do produto para outras áreas o município produtor tem suas divisas desviadas para outros centros e, em contrapartida, a própria administração municipal se vê tolhida em termos de recursos financeiros para reinvestir no setor da pesca ou mesmo em outro setor municipal.

A carência de um adequado sistema de controle, de modo a impedir a evasão da taxaço para outras áreas, como ausência de uma estatística mais regular e mais eficiente, pode também dificultar a execução de programas que venham incentivar a produção pesqueira na área, pois, a falta de informação da realidade empírica pode, em vários aspectos, mostrar que ela não apresenta condições relevantes para possíveis programas.

Retornando à situação de comercialização em si, em Tamaruteua atuam dois tipos de **marreteiros**: os **de terra** e os **de lancha**. Os primeiros moram na **comunidade local** e esperam que os pescadores entreguem o peixe em terra ao voltarem da pescaria. Esses **marreteiros** absorvem pequena parte da produção que é destinada à **salga** e por isso, eles pagam menos ao pescador, o que faz com que alguns pescadores prefiram **passar** seu peixe para os **marreteiros** de lancha. Estes são do Município de Curuçá, além de Marapanim e de outras localidades (16). Eles vão ao encontro dos pescadores quando estes estão voltando da pescaria e efetuam a transação ainda no mar. Estes intermediários têm maior capacidade de amealhar um maior volume de pescado *in natura* e por isso podem oferecer um preço mais elevado que o dos **intermediários de terra**, pois, o peixe *in natura* é mais valorizado pelo consumidor que o salgado, obtendo assim a preferência dos pescadores. Além desta vantagem os pescadores preferem os **marreteiros de lancha** porque esta escolha lhes facilita o trabalho de limpeza do material de pesca, pois, eles **passando** no mar, os **marreteiros** podem

(16) — Santo Antonio do Tauá, povoado na rodovia Belém-Vigia.

imediatamente cuidar da limpeza, abreviando o trabalho que teriam ao chegar da pescaria.

Os **marreteiros de lancha** absorvem em geral os peixes de melhor qualidade, ficando os mais inferiores, na concepção local, para **os de terra**. Vale salientar que a classificação das espécies em termos de qualidade liga-se a sua maior aceitação no mercado consumidor o que, por sua vez, vai estabelecer os preços pagos aos pescadores

O fato de o intermediário ser a figura central no processo da comercialização, deixa o pescador à mercê dos preços ditados pela oscilação do mercado consumidor, os quais são acrescidos da margem de lucro do intermediário. Assim sendo, torna-se óbvio que o preço dado ao peixe pelo intermediário no ato da compra, extrapola à decisão do pescador. Isto concorre para que o pescador usufrua um desequilíbrio em seu orçamento, o qual se mantém em constante baixa, agravado ainda pelo fato de os pagamentos que recebe pela sua produção, não serem efetuados no ato da **entrega** do peixe, mas, semanalmente, levando-o a um constante endividamento nas casas de comércio locais de gêneros a varejo.

As desvantagens deste sistema de comercialização não atingem somente o pescador, mas também o consumidor, pois, o intermediário que recebe o peixe vai em geral **passá-lo** para outro, formando uma rede por onde circula o produto, encarecendo-o à medida que se aproxima dos centros de mercado.

Os pescadores são unânimes em apontar como solução para a comercialização, a criação de uma organização cooperativa de modo a eliminar o intermediário, ligando tanto quanto possível, diretamente o produtor ao consumidor. Além desta vantagem, seria aberta nova e eficiente fonte de crédito ao pescador, desfazendo a dependência econômica entre este e o **marreteiro** no sistema de comercialização.

Experiências neste setor de cooperativismo já foram feitas no Município de Marapanim, quando foram criadas coope-

rativas pesqueira e agrícola. A primeira na cidade homônima e esta última, na localidade de Vila Maú. Ambas não lograram êxito, pois lhes faltou a infra estrutura administrativa adequada com base nas necessidades e participação efetiva do pescador. Na opinião dos pescadores de Tamaruteua, ela apenas serviu a interesses particulares, não atingindo de maneira alguma seus objetivos de solucionar o problema da comercialização na área; a organização foi montada de cima para baixo sem atentar para as bases.

Para tentar corrigir estas falhas foi criada a COOPERNORTE, para reativar o sistema cooperativista falido com as cooperativas antigas. Porém, até o presente, este órgão não produziu nenhum resultado prático no Município de Marapanim. Uma das metas da COOPERNORTE é a instalação dos entrepostos pesqueiros. Foram planejados entrepostos para as cidades de Soure, Vigia, Marapanim e Bragança. Só está em funcionamento o de Soure, na região de Marajó (17).

A comercialização em Tamaruteua, como em outras localidades do litoral paraense que partilham da mesma situação, coloca o pescador face ao intermediário numa posição assimétrica, pois, além dele estar num plano economicamente interior, na maioria dos casos, está também endividado com o **marreteiro**, em razão destes serem a única fonte de crédito disponível no local, fornecendo-lhe utensílios de pesca ou emprestando-lhe dinheiro ou ainda fornecendo-lhe sal para o processo de **salga e secagem**. Estas dívidas são pagas em espécie através de a produção que o pescador ver-

(17) — Em entrevista jornalística, o atual coordenador da SUDEPE afirma que a principal dificuldade para o levantamento de entrepostos pesqueiros no Estado é que eles foram idealizados para funcionar harmônicamente com a Cooperativa de Pescadores do Norte (COOPERNORTE) e como esta não entrou efetivamente em ação, essa execução não se fez com a agilidade necessária. Acrescentou ainda que, o de Vigia está em fase de desenvolvimento, o de Marapanim começa a ser ativado no próximo ano (1982) e o de Bragança deverá ser entregue ainda em setembro deste ano (1981). (O Liberal, 1^a caderno, 18.08.81, pág. 11; Belém).

balmente se compromete a **passar** a ele até saldar toda a dívida, ficando portanto à mercê deste que poderá impor o preço que melhor lhe convier. A dependência acentua-se pelo fato do pescador não sentir-se à vontade para vender o peixe para outro **marreteiro**, mesmo que lhe seja oferecido melhor preço. Todavia, esta dependência não deve ser vista unilateralmente, considerando-se fatores de ordem social que permeiam as relações sociais no local, dir-se-á que entre eles instala-se uma relação de interdependência, na qual circulam não só bens materiais de interesse dos componentes da díade — pescador-marreteiro —, bem como bens sociais manifestados por atitudes de lealdade e amizade. Não obstante a existência desses fatos, há nessa relação um caráter de ambivalência que emerge do produtor — o pescador — na direção do comprador, no caso o **marreteiro**, porque o pescador não aceita esta situação de bom grado, pelo contrário, segundo os contatos que mantivemos no local e o discurso do pescador, deixaram bem claro, a existência velada de um certo grau de rejeição à dependência, pois, são freqüentes expressões como estas: *não tenho patrão, vendo o peixe pra quem der mais; não tenho marreteiro certo, vendo pra qualquer um*. Os casos em que o pescador deixou de assumir seus compromissos com o **marreteiro** são muito raros. Convém salientar a ausência de qualquer documento que formalize este compromisso de compra e venda. O mesmo se fundamenta nas expectativas de confiança e lealdade das partes envolvidas na díade. As afirmações de uma pretensa autonomia do produtor ao nível da comercialização, mascaram a realidade e mostram que este valor ocupa lugar preponderante nas idealizações dos pescadores, e evidencia quanto o sistema de comercialização, então vigente, é negador de tais ideais, embora indispensáveis nas atuais condições.

O pescador idealiza ser independente de terceiros para alocar seu produto no mercado e assim poder melhor controlar o preço de seu produto, ter consciência do destino de

sua produção e, também, obter melhor **ganhame** (18). Todavia lhe faltam as condições indispensáveis para tal (meios de transporte próprio, armazenamento e recursos humanos) que lhe permitam ao mesmo tempo pescar, congelar o pescado, fazer as transações comerciais e o transporte do produto. Nestas condições, portanto, surge a necessidade do intermediário como mediador dessa situação, porém de forma ambivalente. Ao mesmo tempo que ele é requisitado, porque supre as suas necessidades de alocação do pescado aos centros consumidores, é encarado como um *explorador* no sentido de que é o indivíduo que retém lucros que poderiam caber ao produtor e, ao mesmo tempo, um agente de encarecimento do pescado no eixo produtor-consumidor final. A única alternativa vislumbrada pelos pescadores locais para evitar a intermediação vigente, seria um sistema cooperativo organizado em moldes diferentes do que existiu na região, pois aquele mal estruturado e mal administrado, não teve a capacidade de assegurar por muito tempo a justa e adequada comercialização do produto de modo a beneficiá-lo. Ainda, um cooperativismo fundado na própria realidade e num conhecimento real das necessidades locais, utilizando uma eficiente modalidade de fornecimento de crédito e uma justa e equitativa distribuição desse crédito. Segundo os depoimentos colhidos no local, uma das mais graves falhas da cooperativa falida, era o critério usado para a concessão de crédito, que colocava como pré-requisito, a posse dos instrumentos de pesca. Ora, muitos pescadores não possuíam tais bens, assim o crédito não atingia a totalidade dos produtores, reforçando a desigualdade entre os pescadores no acesso aos meios de produção.

O outro fator que é alegado pelos pescadores como causa do insucesso daquele sistema, o qual é colocado como ponto crucial para ser evitado numa nova modalidade de cooperativismo, é a distribuição do crédito de forma moneti-

(18) — Na concepção local e regional significa obter melhor renda.

zada, pois isto, em ocasiões anteriores deu ensejo para que muitos pescadores desviassem de sua finalidade o dinheiro recebido, isto é, da atividade pesqueira em si. Houve casos que certos participantes da cooperativa, investiram o dinheiro recebido na compra de utilidades domésticas (19), fugindo aos objetivos da cooperativa. Com efeito, a ocorrência desses eventos contribuíram para o insucesso do sistema.

O cooperativismo, como entendemos, deve ser um sistema que vise o bem estar da comunidade a que se destina, extrapolando o fim meramente lucrativo de uma cúpula administrativa.

Sabendo-se que o produtor rural que vive dentro do universo da *cultura rústica* (20) e como tal valoriza a sua autonomia produtiva e rejeita fundamentalmente o trabalho que tenha ou caminhe para uma forma assalariada não-autônoma, o cooperativismo deve então estimular ou dar continuidade a essa aspiração, isto é, deve procurar manter a autonomia do produtor e não, pelo contrário, estimular a concentração dos bens de produção nas mãos de alguns. Para evitar de um lado essa concentração, e de outro o problema da intermediação, tal como é feita, deveria ser adotado como critério a distribuição de crédito a todo o pescador que espontaneamente se filiasse à cooperativa, independente da posse ou não anterior de qualquer meio de produção (rede, canoa, curral, etc...) isto é, tenha ou não material de pesca, ele será um candidato em potencial para receber o crédito cooperativo, cujo ressarcimento será feto através de a produção que for capaz de realizar. Para isso, deverá ser combinado entre o pescador e a cooperativa uma forma de pagamento de acordo com cada caso. A inflexibilidade dos

(19) — Do discurso dos pescadores sobre o assunto e de dados coligidos a partir das observações e informações na área envolvida pela pesca em Marapanim e Municípios congêneres.

(20) — Candido (1971).

prazos de pagamento só poderia trazer efeitos negativos para ambas as partes (pescador e cooperativa), pois, a pesca é uma atividade ligada à imprevisibilidade da natureza e, como tal, não se pode prever que o volume da produção seja constante em todos os meses ou em todos os semestres que correspondem às épocas de **inverno** e **verão** amazônicos.

Uma das modificações que a cooperativa poderia trazer para a comunidade, seria a eliminação da oscilação dos preços do pescado nas épocas de escassez e abundância, pois esta situação avilta o trabalho do pescador através de os preços que o **marreteiro** paga a ele, além deste problema a abundância cria o problema do acúmulo de estoque de peixe, pois os **marreteiros** não tendo capacidade de absorver toda a produção, o produto fica sujeito à deterioração. Os pescadores adotam como paliativo dessa situação o processo da **salga**, que também traz como conseqüência a baixa do preço do peixe no mercado consumidor, do qual depende o pescador. Além desta desvantagem, a **salga** é um processo de conservação deficiente. Depois de certo tempo se o pescador não encontrar comprador é obrigado a lançar fora a produção.

A situação se inverte no período da escassez, onde o peixe sobe de cotação, passando o **marreteiro** a pagar mais por ele. Esta oscilação tão prejudicial ao equilíbrio do orçamento do pescador seria eliminada com a ação da cooperativa, pois, ela teria a tecnologia necessária para o armazenamento do peixe quando este abundasse na área e teria condições para distribuí-lo no mercado na época da escassez, quando o preço se elevasse. A implantação de cooperativismo na área, todavia, correria o risco de esbarrar em um problema básico, que é a questão dos recursos financeiros, pois, não havendo possibilidades de utilização de capital originado na própria comunidade, far-se-ia necessário buscá-lo através de ação governamental ou a utilização de crédito bancário. Em ambas as alternativas a cooperativa seria submetida a prazos de pagamentos, indo por sua vez exer-

cer pressão sobre o pescador. Tal problema seria minimizado se a cooperativa utilizasse este capital externo à comunidade apenas até o momento em que o sistema fosse implantado e depois, paulatinamente, buscasse capital dentro da própria comunidade pesqueira.

A nosso ver uma ação cooperativa da forma que é aqui discutida anuncia-se viável pelo fato de encontrar como respaldo um traço marcante e bastante evidente entre as populações de *cultura rústica*, que é o senso de solidariedade fundado no princípio da reciprocidade, de acordo com a perspectiva antropológica (Mauss, 1974; Malinowski, 1926; e Lévi Strauss, 1976). Segundo esse princípio, forma-se um círculo de trocas, onde o dar e o receber engendram laços sociais mais estreitos, mais sólidos em razão de uma cadeia de mutualidades que se forma entre os indivíduos. Dentro dessa cadeia circulam bens, serviços, gentilezas, etc., que concorrem para o embasamento de atos de mútua cooperação. Esta situação por si só, oferece caminhos básicos para atos cooperativistas no sentido do bem comum, ou seja, predis põe os indivíduos a colocar em prática a solidariedade que existe potencialmente no seio do grupo.

À medida que os programas de cooperativismo atentarem para um lúcido entendimento da base cultural do segmento social a que se dirigem, provavelmente não terão um fim melancólico de programas, projetos e ações que escamotearam a natureza do sistema sócio-cultural que lhe serviram de objeto de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS : AS CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA PESQUEIRA DE TAMARUTEUA

De acordo com a proposição enunciada na introdução deste artigo, tentamos aqui articular a realidade empírica da **comunidade local** à noção de campesinato. Para isso adotamos as perspectivas de Firth (1974) e Amorim (1970/71) em razões deles ampliarem o conceito de camponês para

outros segmentos não agrícolas, como pescadores, coletores e artesãos. Por outro lado nos permitem conhecer um segmento social — o de pescadores — estudado sob perspectiva antropológica na Amazônia e no Brasil. Esta articulação privilegia o sistema econômico, pois, é através dele que se tem evidenciado, no caso presente, a situação de *part society* uma das características básicas do campesinato vistas em Kroeber (1948 : 284). Assim, foi a nível da produção e da comercialização que se efetivou a pretendida articulação, buscando-se desta maneira responder às perguntas : **como** e **para quem** produzem os membros da comunidade em questão. Isto nos levou a uma análise da economia pesqueira em questão no que Firth (1974 : 150-56) conceituou como os principais traços característicos de uma economia camponesa, os quais assinalamos :

— Tecnologia simples, ausência de alto grau de especialização, ausência de distribuição de recursos para o desenvolvimento técnico em si;

— Mecanismo produtivo pequeno, mesmo havendo grande número de produtores, suas combinações simultâneas e concomitantes, como unidades de função diferenciada, são de escalas limitadas;

— Os bens de capital existem, mas não há um mercado para expansão do capital;

— Os empreendimentos não procuram criar novas demandas, pois planejam satisfazer apenas as aspirações tradicionais, e não se limitando a essa ocupação;

— Os limites sociais da acumulação, a proibição de certos incrementos, como juros, o empréstimo compulsório que mitiga as desigualdades na posse do capital, demonstram que o sistema de controle dos bens de capital obedece a convenções diferentes das existentes na sociedade urbano-industrial;

— A distinção — empresário, trabalhadores, dirigentes, organizador e capitalista — não funciona na prática, pois o

fornecedor de capital é, geralmente, também um trabalhador manual, sendo difícil isolar os agentes da produção;

— Relações de pagamento baseadas em recompensa exclusivamente monetária podem não existir, recebendo muitas vezes o trabalhador a partilha do lucro como recompensa, sendo a produção uma relação não apenas econômica mas também social;

— A distribuição dos resultados da produção ultrapassa a classificação formal da Economia — empréstimo, juros, salários e lucros —, envolvendo além de fatores econômicos os fatores sociais;

— O princípio da recompensa proporcional à produtividade não é facilmente detectado, estando presente, mas condicionado por fatores sociais. O trabalho é dado como um serviço social, os meios econômicos tendem a ser traduzidos em fins sociais;

— Interferência de elementos grupais na escolha individual. A escolha pessoal opera de modo mais declarado em um contexto social e não apenas econômico.

Ao analisar-se a economia de Tamaruteua diante destas considerações teóricas, observa-se que a pesca sendo artesanal, emprega uma tecnologia bastante simples, com pequeno índice de diferenciação ocupacional. Embora haja uma especialização dentro da tripulação da pesca de espinhel (**piloto, proeiro e meieiro**) esta diferenciação é mais uma idealização, pois, na prática, quase todos os pescadores estão aptos a assumir estas funções.

O mecanismo produtivo é simples, pois as tripulações — as unidades de produção — não têm função diferenciada, realizam todas as mesmas tarefas, apesar do número elevado de produtores (já que praticamente toda a população masculina da comunidade está inserida diretamente no sistema produtivo, sendo as crianças desde cedo engajadas no trabalho). Entre os pescadores que possuem bens de capital (canoa, espinhel etc...), a aquisição, manutenção e re-

posição destes bens estão entre as maiores preocupações dos mesmos, pois, dada a natureza do trabalho e a tecnologia empregada eles se desgastam rapidamente, necessitando constantemente de cuidados, como calafetação de canoas, substituição da *linha que o cação torou* etc... Isto obriga o pescador muitas vezes, a pedir um **ajutório** ao **marreteiro**. Mesmo o pescador necessitando de capital, não há um mercado de expansão para o mesmo. Isto se dá por causa de vários fatores, como : defasagem entre os preços do pescado e os preços dos bens que emanam da sociedade envolvente; a incorporação de novas necessidades que penetram na comunidade, principalmente com o aumento da atuação dos meios de comunicação de massa; a impossibilidade do produtor atingir diretamente o mercado consumidor, que carrega boa parte dos lucros dos mesmos para as mãos dos intermediários. Este problema está ligado também à ação dos empreendedores. Na comunidade este papel é representado pelos **marreteiros**, que têm uma ação muito limitada, principalmente se comparamos com uma sociedade de organização mais complexa. Os **marreteiros**, como empreendedores, não procuram criar novas demandas, tanto pela exiguidade de seu capital, como pela ausência da visão dos empreendedores capitalistas, pois, pertencem à comunidade local ou congêneres e pautam sua atuação pela sócio-visão tradicional, buscando, em geral, satisfazer as necessidades ditadas por ela. A acumulação é igualmente inibida por mecanismos sociais. O pescador devendo prover não só as necessidades materiais do seu grupo doméstico, deverá também cumprir certas obrigações sociais como a ajuda a parentes, a contra-prestação de serviços (das quais é excluído o fator monetário), participação nas festividades e práticas lúdico-religiosa e a compra de bens de prestígio, que substitui o reinvestimento, visando principalmente certos produtos industrializados altamente valorizados na comunidade e que concedem *status* ao seu possuidor. A ação conjunta destes fatores vai onerar o orçamento já desequi-

librado do pescador, além disto, o princípio da reciprocidade, generosidade e lealdade que norteiam vivamente a ação em comunidades semelhantes à de Tamaruteua, fazem com que, ações aceitas em sociedade urbano-industriais, como a agiotagem e a cobrança de juros sobre empréstimo não sejam socialmente aceitas e encorajadas, isto é, podem até ocorrer mas vistas com um certo ranço. Na comunidade local não há casos em que indivíduos que possuam utensílios de pesca, como canoa, espinhel, etc., tenham emprestado estes materiais em troca de pagamento; deve-se salientar, que no local, muitos pescadores não possuem tais bens. A recompensa nestes casos, é feita em espécie, com um **quinhão** do produto da pescaria, cuja quantidade é estabelecida por iniciativa do indivíduo que tomou emprestado e não como imposição do proprietário. Esta situação cria os laços de obrigações recíprocas que estimulam a interação dos membros de Tamaruteua.

Dando continuidade à articulação proposta, observamos que não existe na comunidade local, grandes diferenciações sociais entre os agentes da produção — os proprietários e e não-proprietários dos meios de produção — principalmente, tomando-se em comparação uma sociedade urbanizada, onde existe uma grande distância entre estas categorias. Em Tamaruteua este distanciamento não existe, pois, ambos são trabalhadores manuais. Mesmo nos casos dos indivíduos que não participam diretamente da pescaria, contratando um encarregado da empresa, socialmente a diferenciação entre eles e os membros da tripulação é pequena — todos são pescadores —, estão lado a lado em outras fases do trabalho pesqueiro, como na manutenção dos equipamentos e, além disto, os laços de parentesco, compadrio e vizinhança atenuam as poucas diferenciações existentes entre eles.

O sistema de recompensas vigente na **comunidade** não é estritamente monetário, embora esteja presente o dinheiro e estejam os pescadores inseridos na economia de mercado, os valores tradicionais que regem a comunidade — la-

ços de parentesco, lealdade, generosidade — vão influenciar fortemente à compensação dada ao trabalho. Tome-mos como exemplo o **quinhão de recompensa**, este não é um pagamento feito a um assalariado, mas uma participação efetiva nos lucros da empresa. Significa que os pescadores adotam um sistema de livre associação do capital e do trabalho: os que possuem os meios de produção unem-se aos que possuem somente a força de trabalho. É um sistema de parceria (Cândido, 1971 : 105-113) que se estabelece, não um assalariamento. Outro exemplo que reforçaria a afirmação, é o **quinhão da bóia**, recompensa que cabe ao pescador, feita em espécie, objetivando suprir as necessidades diárias emergidas em seu grupo doméstico, porém, não é descontado no momento da atribuição do **quinhão de recompensa**, seu volume é baseado no critério de necessidade do próprio pescador e não do proprietário. Além disto, há casos em que a recompensa é apenas a aprovação social e a criação de um novo laço de obrigação recíproca.

Pelas mesmas razões, e também pela natureza do próprio processo produtivo, a recompensa dada ao trabalho não é rigorosamente proporcional ao volume de trabalho. A recompensa proporcional à produtividade é um princípio subjacente, mas na prática, é difícil evidenciar-se sua ação, se esforce ou não no desempenho de suas tarefas o pescador recebe o **quinhão da bóia** e o **quinhão da recompensa**. Mas sua ação será pautada pelo consenso do grupo que valoriza o pescador *dedicado ao trabalho, pontual*, que procura provê as necessidades do seu grupo doméstico.

Quanto à interferência grupal na escolha individual, esta característica articula-se igualmente à realidade de Tamaruteua, onde a proximidade social dos indivíduos é grande, com a predominância das relações primárias, e onde os laços do parentesco, compadrio e vizinhança, tornam a tomada de decisão, um ato fortemente influenciado pela opinião do grupo. Por exemplo, o processo de comercialização vigente estabelece que o pescador **passe** o peixe sempre para

um **marreteiro**, sem contrato escrito. Todas as transações comerciais são baseadas na palavra empenhada de ambas as partes, raramente esta relação se rompe, mesmo se este **marreteiro** pagar menos pelo peixe, o pescador continua **passando** sua produção para ele, pois, o consenso do grupo valoriza grandemente a lealdade e um rompimento acarretaria a censura velada ou aberta à ação do indivíduo. Mas por outro lado, a ação do **marreteiro** também é regida pelos mesmos princípios, onde a valorização da generosidade vai colocar um freio ao desejo de altos lucros do mesmo.

Analisando a segunda questão da nossa proposição inicial: **para quem** produzem os membros da comunidade local, observa-se que ela não é autocontida, isolada, mas sim está na condição de *part society* (Kroeber, 1948 : 284) de uma sociedade envolvente e através dela está inserida na economia de mercado, atuando como abastecedor de pescado de ampla área geográfica, que atinge a capital do Estado.

Diríamos que, como uma comunidade camponesa Tamareteua mantém com a sociedade envolvente uma relação de mútua dependência, relação esta caracterizada por uma assimetria de dominação por parte da sociedade maior, de onde emanam as decisões, como centro de poder, político, econômico e religioso.

A ligação entre a **comunidade local** e a sociedade envolvente se efetua principalmente através da comercialização, quando a produção pesqueira vai abastecer os centros consumidores, fazendo fluir para a **comunidade** o dinheiro que deve satisfazer as necessidades materiais e sociais do pescador (cf. fig. 6). Mas esta ligação não se dá diretamente, o produtor não tem possibilidade de atingir o mercado consumidor, face a ação de vários fatores já detalhados no item referente à comercialização. Esta impossibilidade coloca-o na posição de dependência em relação ao intermediário, o **marreteiro**, que será o elo de ligação entre o produtor e mercado. O sistema da intermediação não é van-

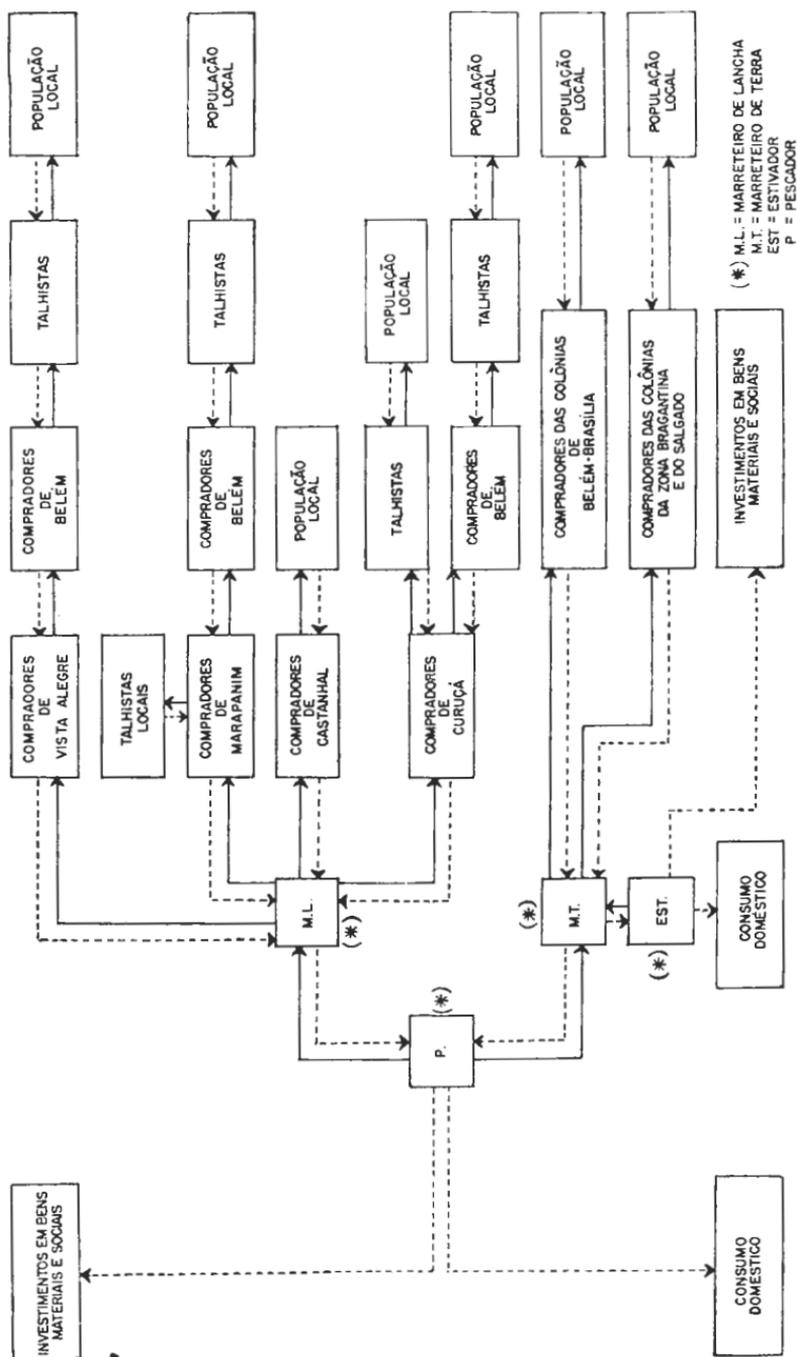


Fig. 6 — Gráfico das relações de mercado na pesca em Tamaruteua.

tajoso para o pescador, pois, os lucros da produção ficam retidos nas mãos dos intermediários

Os pescadores têm noção deste mecanismo e o relacionamento entre as duas categorias seria marcado por fortes tensões e desconfianças, não fosse a atuação dos laços de interdependência entre elas e a valorização da lealdade e generosidade que caracterizam as relações na díade produtor-intermediário na área estudada.

A articulação pretendida na introdução, leva-nos a concluir que a perspectiva teórica, tomada como base para a análise da organização sócio-econômico dos pescadores de Tamaruteua, permite-nos incluir esses pescadores do litoral paraense numa economia camponesa.

Conquanto tenhamos chegado a esta conclusão não significa que tenhamos fechado a questão. Muito pelo contrário, juntamos a nossa contribuição a outras já existentes, para aprofundar os estudos sobre a existência de um campesinato no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Em especial, agradecemos os informantes de Tamaruteua e a todas as pessoas que, direta e indiretamente, concorreram para a realização deste trabalho. À Ruth Cortez de Souza, Roseana Simões Nogueira e Regina Abreu pela ajuda no trabalho de campo. À Adelia Engracia de Oliveira pelas discussões e sugestões.

SUMMARY

This paper presents the results of field research undertaken in Tamaruteua, a fishing village located on the Atlantic Ocean coast in the Municipality of Marapanim, Pará State, Brazil. Data are included on fishing methods, the organization of the fisherman workforce, the location of

fishing grounds, and the marketing of the catch. These data were obtained by means of participant observation, interviews and questionnaires. The units of investigation are the crews of fishing boats. This study forms a part of the Museu Goeldi's project on "Social and Economic Aspects of the Rural Working Class in Northeastern Pará State". The purpose of this project is to investigate and analyze social and economic trends which are being affected by recently completed roadways and by the expansion of the market economy and commercial credit into rural areas of the Amazon Basin.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Paulo Marcos de.

1970/71 — Índios camponeses (os potiguaras da baía da traição)
R. Mus. Paul. n. ser., São Paulo, 19:7-97'

BRASIL, João Pompeu de Souza.

1973 — Apontamentos para o estudo do "Campepinato pescador" nordestino. R. Cien. Soc., Fortaleza, 4(2): 5-18.

CANDIDO, Antonio

1971 — Os parceiros do rio Bonito. (Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo, Duas Cidades. 285 p.

FIRTH, Raymond

1964 — Capital, saving and credit in peasant societies: A viewpoint from Economic Anthropology. In: Capital Saving in Peasant Societies. Chicago. Aldine Publishing. 399 p.

1974 — Elementos de Organização Social. Rio de Janeiro, Zahar. 274 p.

FURTADO, Lourdes Gonçalves.

1980 — Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará. São Paulo, Universidade de São Paulo. mimeogr. Tese — Mestrado. 364 p.

KROEBER, A. L.

1948 — Anthropology, race, language, culture, psychology, pre-history. New York, Harcourt, Brace. 856 p.

LEVI-STRAUSS, Claude.

1976 — **Estruturas elementares de parentesco**. Petrópolis, Vozes; São Paulo, Ed. USP. 537 p.

MALINOWSKI, Bronislaw.

1926 — **Crime and custom in savage society**. London, New York, Internacional Library of Psychology, Philosophy and Scientific Methodology. XII, 132 p.

MAUSS, Marcel.

1974 — **Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcáicas**. In:'. **Sociobiologia e Antropologia**. Trad. L. Puccinelli. São Paulo, EPU. 2 v.

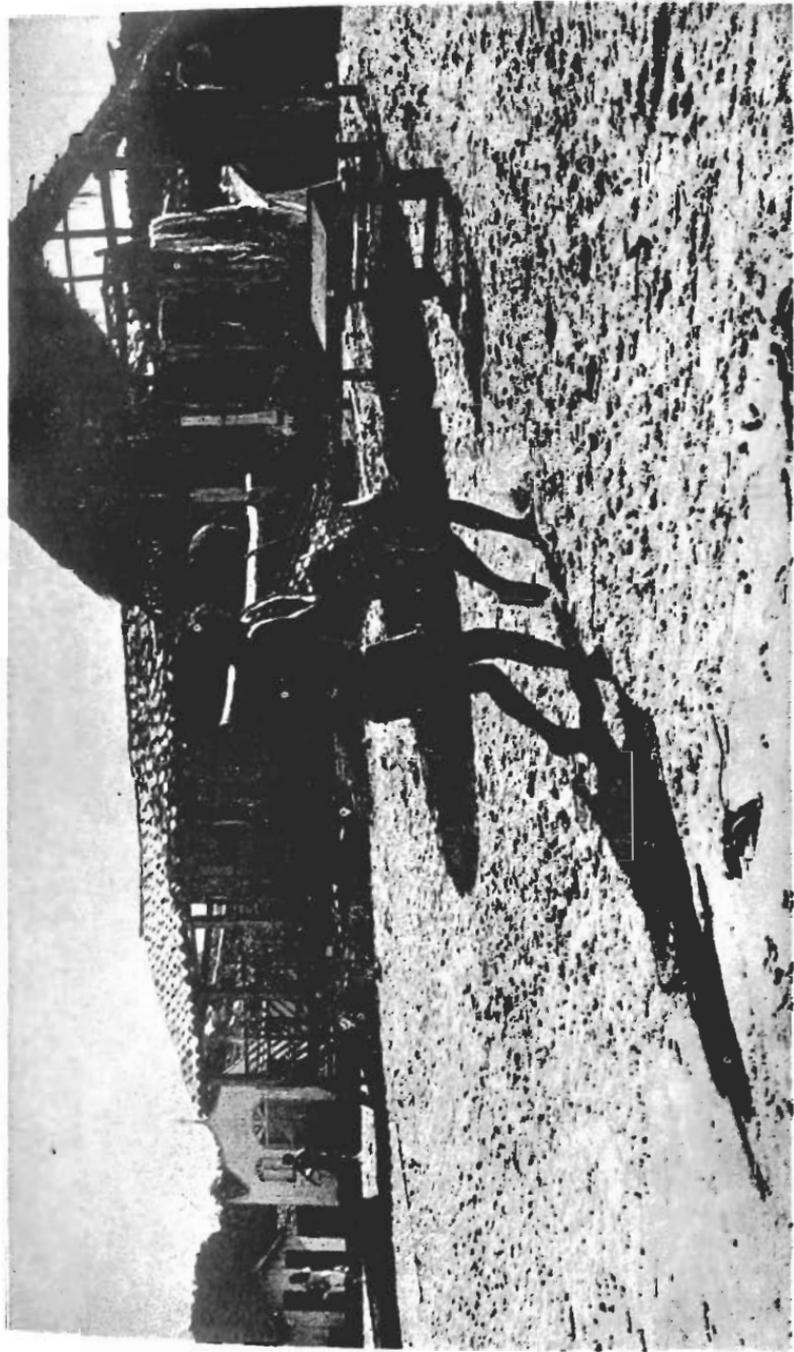
A VIDA das confederações estaduaes e colonias de pescadores.

1928 — **A voz do mar**, Rio de Janeiro, 7 (71): 16-27. il.

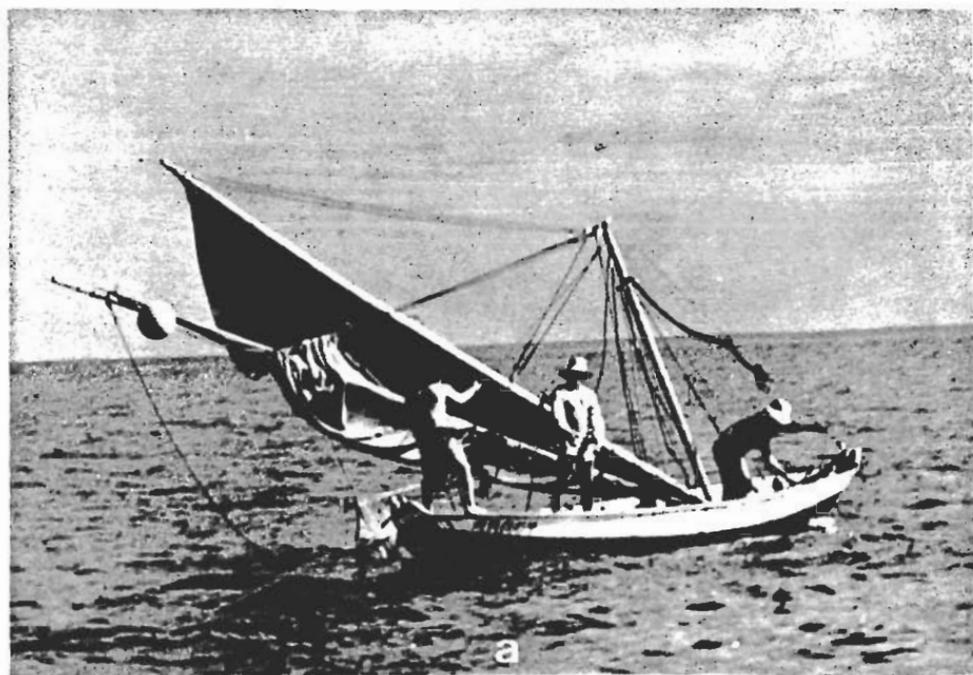
WOLF, Eric R.

1970 — **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro, Zahar. 150 p. (Curso de Antropologia Moderna).

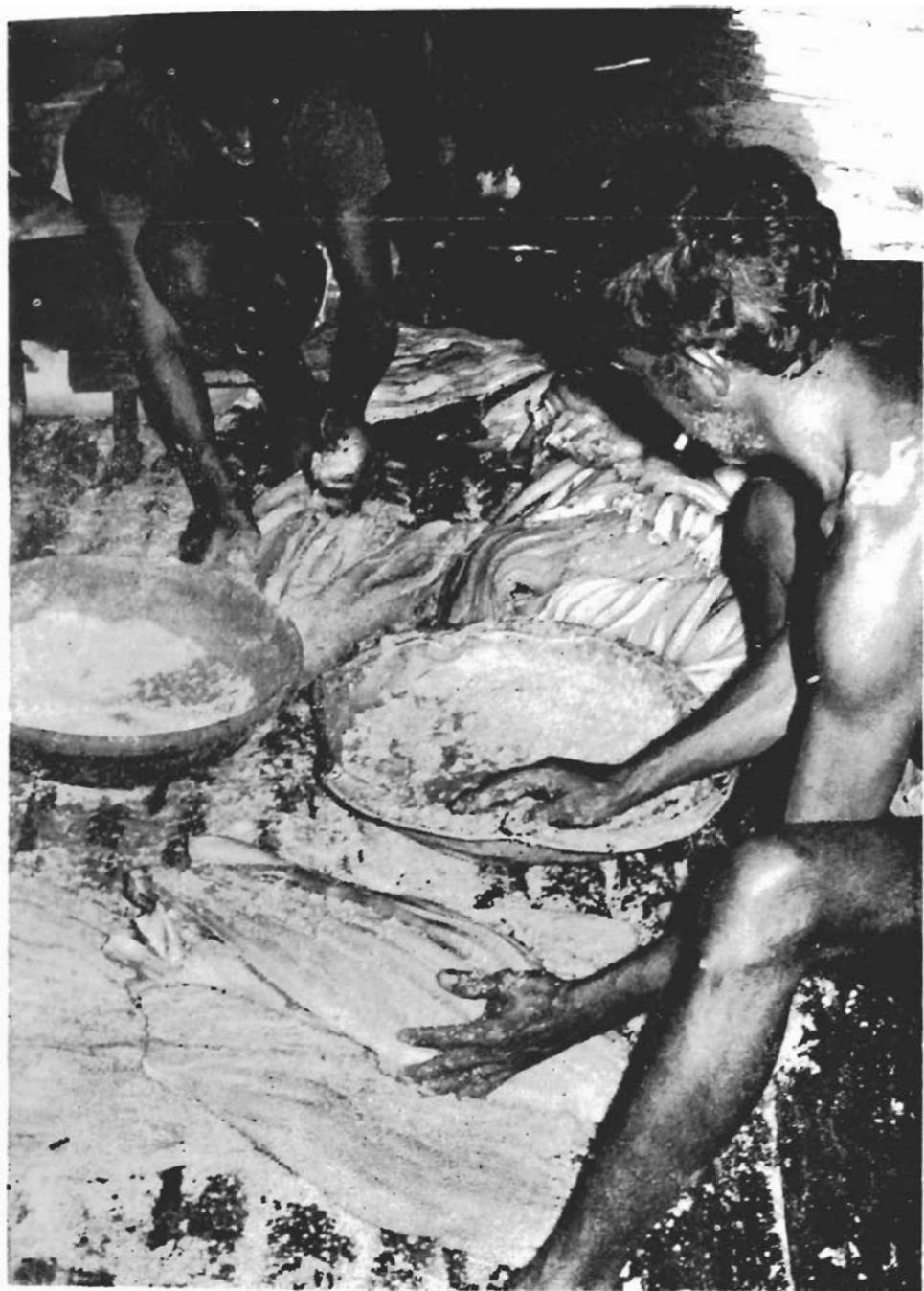
(Aceito para publicação em 11/01/82)



Est. I — Vista parcial de Tamaruteua. Pescadores transportando o peixe para as salgadeiras. (Foto J. Simões).



Est. II -- a -- Tripulação saindo para pescaria em Tamaruteua. Na proa, o proeiro arruma a linha na anzoleira, ao centro o meieiro e na popa o piloto da tripulação; b -- Bóia de balde tradicionalmente utilizada como flutuador de espinhel ou rede no litoral de Marapanim. (Fotos J. Simões).



Est. III — Pescadores salgando peixe no interior de uma salgadeira, em Tamaruteua. (Foto J. Simões)

FURTADO, Lourdes Gonçalves & NASCIMENTO, Ivete Herculanano do. **Pescadores.de-linha** no litoral paraense: uma contribuição aos estudos de Campesinato na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série, Antropologia**, Belém (82): 1-49, abr. 1982. il.

RESUMO: Com base em dados colhidos em um segmento de pescadores do litoral do Pará, em Tamaruteua, Município de Marapanim, no Nordeste Paraense, e com a instrumentalização antropológica fundada principalmente na observação participante, procurou-se analisar os processos de produção e comercialização vigentes na área, como uma contribuição aos estudos de Campesinato na Amazônia.

CDU 323.32(811)

639.2(811.5)

CDD 301.444309811

639.2098115

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI
NASCIMENTO, IVETE HERCULANO DO

t